



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E**  
**CONTABILIDADE**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE FINANÇAS**

**FRANCISCA FABIANA SOUSA COSTA**

**ELABORAÇÃO DO MARCO LÓGICO DO PROGRAMA**  
**DE SEGURANÇA PÚBLICA, “RONDA DO QUARTEIRÃO”,**  
**NO CEARÁ**

**Fortaleza**  
**2017**

FRANCISCA FABIANA SOUSA COSTA

ELABORAÇÃO DO MARCO LÓGICO DO PROGRAMA DE  
SEGURANÇA PÚBLICA, “*RONDA DO QUARTEIRÃO*”, NO  
CEARÁ

Monografia apresentada a Coordenação do curso de Finanças da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Finanças.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gildemir Ferreira da Silva

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C872e Costa, Francisca Fabiana Sousa.  
Elaboração do Marco Lógico do Programa de Segurança Pública, "Ronda do Quarteirão", no Ceará /  
Francisca Fabiana Sousa Costa. – 2017.  
38 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,  
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Atuariais, Fortaleza, 2017.  
Orientação: Prof. Dr. Francisco Gildemir Ferreira da Silva.

1. Segurança Pública. 2. Marco Lógico. 3. Ronda do Quarteirão. I. Título.

CDD 368.01

---

FRANCISCA FABIANA SOUSA COSTA

ELABORAÇÃO DO MARCO LÓGICO DO PROGRAMA DE  
SEGURANÇA PÚBLICA, “*RONDA DO QUARTEIRÃO*”, NO  
CEARÁ

Monografia apresentada a Coordenação do curso de Finanças da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Finanças.

Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Francisco Gildemir Ferreira da Silva (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Guilherme Diniz Irffi  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Rafael Barros Barbosa  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais, Francisco Ciriaco e Francisca das Chagas.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, pela saúde e perseverança que me concedeu para trilhar este caminho.

A minha amada família, que incentivou minha educação, que me apoiou desde o momento em que tracei essa meta e que me deu bases e forças para concluir este objetivo.

Aos amigos da faculdade, que vivenciaram todas as lutas, medos e incertezas no decorrer do caminho, que se tornaram grandes companheiros no decorrer dessa caminhada.

Aos meus queridos amigos, que me incentivaram e torceram por mim.

Ao professor orientador, pela disposição e paciência.

## RESUMO

Baseado no Plano Nacional de Segurança Pública (2007), que objetivava inserir na sociedade uma polícia com caráter mais comunitário, mais preventivo, foi implantado em 2007 no Estado do Ceará o programa “*Ronda do Quarteirão*”. Este programa tem como objetivo geral o desenvolvimento do policiamento estadual, por meio de ações preventivas ao crime. Na literatura ainda são escassos trabalhos que objetivam uma avaliação de consistência desse programa, sendo necessária para isso a ferramenta Marco Lógico. Devido à inexistência dessa ferramenta específica ao programa, o objetivo deste projeto é a elaboração do Marco Lógico para este programa. Para isso foi realizado um levantamento bibliográfico que auxiliasse na construção dessa ferramenta, a partir de uma pesquisa bibliográfica, onde foram selecionados trabalhos que explicassem o programa em questão e a construção de um Marco Lógico. Como resultado, esta pesquisa apresenta o Marco Lógico do programa “*Ronda do Quarteirão*”.

**Palavras-chave:** Segurança Pública. Marco Lógico. Ronda do Quarteirão.

## **ABSTRACT**

Based on the National Public Security Plan (2007), which aimed to introduce a more community-based, more preventive police into society, the "Ronda do Quarteirão" program was implemented in 2007 in the state of Ceará. This program has as general objective the development of state policing, through preventive actions to crime. In the literature there are still few studies that aim at an evaluation of the consistency of this program, being necessary for this the Logical Framework tool. Due to the inexistence of this specific tool to the program, the objective of this project is the elaboration of the Logical Framework for this program. For this, a bibliographical survey was carried out to assist in the construction of this tool, through a bibliographical research, where works were selected that explained the program in question and the construction of a Logical Framework. As a result, this research presents the Logical Framework of the "Quarter Round" program.

**Keywords:** Public Security. Logical Framework. "Round of the Quarter".

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 01 - Variação nas taxas de homicídios por Unidade da Federação – Brasil 2005 a 2015 .....	13
FIGURA 02 – 1º Página do Marco Lógico do Programa “Seguridad Ciudadana, Solidaridad Ciudadana” .....	22
FIGURA 03 – Árvore dos Problemas .....	30
FIGURA 04 – Árvore dos Objetivos .....	31

### **LISTA DE TABELAS**

TABELA 01 - Ordenamento das UF pelas taxas de HAF. Brasil, 2000/2014* .....	14
---	----

### **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 01 - Matriz de Marco Lógico .....	19
QUADRO 02 – Parâmetros da Teoria confrontados na prática .....	23
QUADRO 03 – Marco Lógico do Programa Ronda do Quarteirão .....	32
QUADRO 04 – Marco Lógico do Programa Ronda do Quarteirão sob metodologia apresentada por Natália C. Araújo .....	33

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 CONCEITOS .....	17
2.1. Polícia Comunitária .....	17
2.2. Marco Lógico .....	18
3 TEORIA <i>VERSUS</i> PRÁTICA.....	23
4 ESTUDO DE CASO: ESTRUTURAÇÃO DO MARCO LÓGICO .....	28
4.1 Análise dos Interessados .....	28
4.2 Análise do Problema .....	29
4.3 Análises dos Objetivos.....	30
4.4 Análises das Estratégias .....	31
4.5 O Marco Lógico do Programa.....	32
4.6 O Marco Lógico do Programa sob outra metodologia de apresentação .....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	37

## 1 INTRODUÇÃO

No início dos anos 2000, o Governo Federal Brasileiro iniciou ações de qualificação e valorização dos agentes de segurança pública, propondo mudanças nas polícias estaduais, pois entendia-se que um profissional de segurança pública bem capacitado e qualificado lidaria melhor com a comunidade, de forma a aumentar a eficiência dos programas de combate a criminalidade. Até então, o modelo de policiamento brasileiro podia ser entendido pela população, de maneira geral, como apontado por Cruz, Lopes e Brasil (2012, p. 5), como repressor, abusivo, do que como preventivo.

Juntamente a essas ações de qualificação, foi criada uma nova maneira de fazer polícia, classificada como preventiva, proativa e comunitária. Essas mudanças no policiamento brasileiro são parte das diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública (2007) que estimula, nos estados brasileiros, um policiamento com uma maior experiência comunitária.

Nessa perspectiva de mudança de policiamento, o Governo do Estado do Ceará, em 2007, implantou o Programa “*Ronda do Quarteirão*”. Conhecido também como “*a polícia da boa vizinhança*”, é um programa de caráter comunitário que propõe o desenvolvimento do policiamento estadual através de ações preventivas e ostensivas, tendo como diferencial uma proposta de aproximação da polícia com a comunidade, de modo que esta contribua com a prevenção da criminalidade. Pode-se constatar que “*os esforços do programa estão concentrados em uma filosofia de criar uma polícia técnica mais próxima da sociedade, fazendo dos agentes de segurança pública, agentes transformadores da pacificação social*”<sup>1</sup>. O programa foi criado com o intuito de mudar a imagem que a população tinha do policiamento estadual, fugindo da imagem criada da polícia tradicional, caracterizada como uma forma de fazer polícia de caráter repressivo ao crime, e não preventivo.

O programa foi estruturado em equipes responsáveis pelo patrulhamento de uma determinada área (variando de 1,5 a 3 quilômetros quadrados), em uma viatura

---

<sup>1</sup> Site do Governo do Estado do Ceará, disponível em: [http://www.ceara.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=765&Itemid=1293](http://www.ceara.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=765&Itemid=1293)

moderna, rastreada por sistema GPS (Geo-posicionamento por satélite), que possui computador de bordo e sistema de comunicação próprio, com um número de telefone correspondente a cada viatura, onde os moradores entram em contato diretamente com a viatura responsável pela sua área, de modo que o atendimento é realizado em questão de minutos. As principais atividades realizadas pelos policiais do “*Ronda do Quarteirão*” são as ações de polícia comunitária, que compreende visitas regulares aos moradores na tentativa de obter informações, além das realizações de patrulhamento, prisões e prestação de socorro.

Além do investimento em estrutura, os policiais do programa receberam um curso de formação mais voltado para a preparação de polícia comunitária, com uma estrutura curricular específica, onde foram inclusos cursos especiais, como por exemplo: Relações Interpessoais, Mediação de Conflitos e Polícia Comunitária.

Inicialmente, foram escolhidas cinco áreas da cidade de Fortaleza e Região Metropolitana onde os projetos pilotos foram implantados, sendo elas escolhidas através do método da diversificação<sup>2</sup>. As áreas contempladas no início do programa foram: Aldeota/ Meireles/ Praia de Iracema; Centro; Bom Jardim; Jangurussu; Conjunto Jereissate I, II e III (Maracanaú). Após cerca de um ano da implantação dos projetos pilotos, o programa foi difundido na cidade de Fortaleza e Região Metropolitana. Na segunda fase, o Programa foi implantado no Interior do Estado, em municípios com mais de 50 mil habitantes.

De acordo com o Governo do Estado do Ceará, o programa é gerenciado pelo Grupo Especial de Trabalho Ronda do Quarteirão, uma equipe multidisciplinar, que divide as tarefas e atribuições e realiza o acompanhamento de melhorias e correções.

Embora criado há uma década, esse programa ainda não possui um marco lógico, uma ferramenta amplamente utilizada na avaliação de políticas públicas. São encontrados na literatura vários trabalhos que tratam sobre o programa, mas nenhum deles busca a estruturação do marco lógico. Assim, esse trabalho surge através do seguinte questionamento: qual seria o melhor marco lógico para o programa “*Ronda do*

---

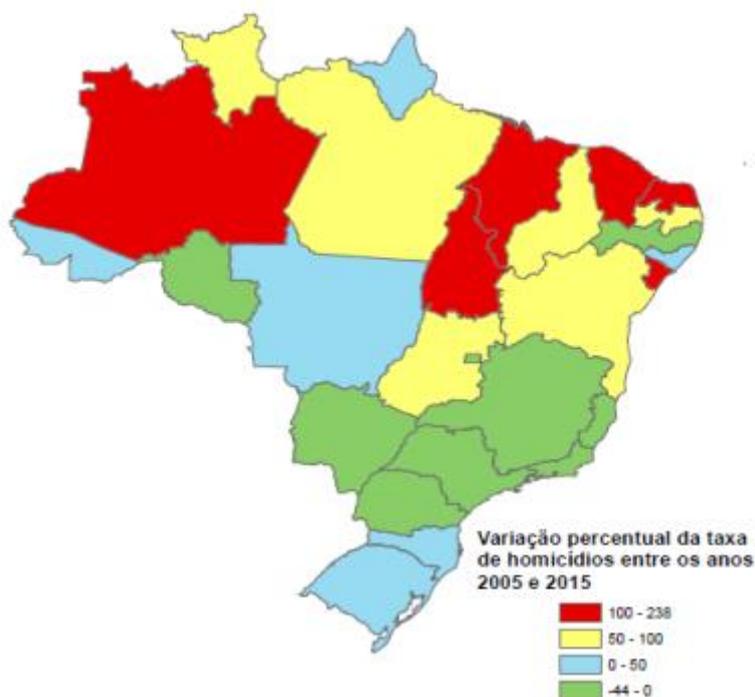
<sup>2</sup> A diversificação foi feita da seguinte maneira: área muito pobre, área pobre, área de classe média, área nobre e área residencial de população com predominância operária.

*Quarteirão*”, partindo da premissa de que é possível estruturar um marco lógico para o programa que permita a avaliação dessa política pública.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é estruturar o marco lógico do programa “*Ronda do Quarteirão*” do estado do Ceará, objetivando uma compilação dos dados do programa através dessa ferramenta, de modo que se torne mais fácil visualizar e compreender os objetivos, atividades, metas, finalidades e pressupostos do programa.

Entende-se como necessária a execução deste trabalho, pois a discussão sobre segurança pública foi intensificada pela sociedade nos últimos anos, devido ao aumento nos índices de criminalidade nos estados brasileiros. Este fato pode ser observado no Atlas da Violência, um documento, executado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que retrata a evolução da violência no país. Na sua última versão publicada, em junho de 2017, é possível perceber um aumento na violência em quase todos os estados brasileiros, como pode ser observado na figura abaixo retirada do Atlas da Violência (2017, p. 10):

Figura 01 – Variação nas taxas de homicídios por Unidade da Federação – Brasil 2005 a 2015



Na figura acima é observado que dentre os 26 estados brasileiros, apenas 8 apresentam uma variação negativa na taxa de homicídio no período analisado. Analisado especificamente o estado do Ceará, observa-se que este apresentou uma variação de 100% a 238% nos homicídios referentes ao período de 2005 a 2015.

Outra forma de observar este aumento na variação da taxa de homicídio do estado do Ceará é através da tabela abaixo, retirada do Mapa da Violência 2016, documento elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, é perceptível o aumento da violência no estado através das taxas de Homicídio por Armas de Fogo - HAF, como pode ser observado abaixo:

Tabela 01 - Ordenamento das UF pelas taxas de HAF. Brasil, 2000/2014\*.

UF	2000		2014*	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição
Rio de Janeiro	47	1°	21,5	15°
Pernambuco	46,6	2°	27,5	10°
Espírito Santo	33,3	3°	35,1	5°
Mato Grosso	29,8	4°	26,2	11°
Distrito Federal	28,8	5°	25,6	12°
São Paulo	28,7	6°	8,2	26°
Mato Grosso do Sul	23,9	7°	13,6	23°
Rondônia	22	8°	23,7	14°
Alagoas	17,5	9°	56,1	1°
Sergipe	17,2	10°	41,2	3°
Rio Grande do Sul	16,3	11°	18,7	19°
Roraima	16	12°	9,5	25°
Goiás	15,6	13°	31,2	7°
Paraná	13,6	14°	19,2	18°
Bahia	11,7	15°	30,7	8°
Paraíba	11,5	16°	31,9	6°
Tocantins	10,6	17°	11,2	24°
Rio Grande do Norte	9,8	18°	38,9	4°
Ceará	9,4	19°	42,9	2°
Amazonas	9,4	20°	20,2	16°
Minas Gerais	8,9	21°	16,4	20°
Acre	8,8	22°	14,6	21°
Amapá	8,6	23°	19,3	17°
Pará	8,5	24°	28,5	9°

Santa Catarina	5,9	25°	7,5	27°
Piauí	4,7	26°	14	22°
Maranhão	3,6	27°	23,9	13°
Brasil	20,7		21,2	

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016. \*2014: dados preliminares.

Observa-se que, no período analisado, as taxas de HAF cresceram significativamente, tornando o Ceará, em 2014, o segundo estado com maior índice de HAF.

Devido a isso, nas últimas campanhas eleitorais, as principais propostas de governo dos candidatos se encontram na área de segurança pública, pois é notório o aumento da violência a nível nacional.

O estado do Ceará é um exemplo. A principal proposta para segurança pública do candidato, e eleito, governador Cid Gomes (2007-2010) era a implantação do programa “*Ronda do Quarteirão*”. Após a implantação dessa política o investimento em segurança pública vem aumentando no estado do Ceará (aumento no número de policiais, estrutura, etc.), sem gerar resultados significativos nos índices de criminalidade.

Partindo dessa premissa, surgiram os seguintes questionamentos: onde se encontra a ineficiência do programa? Quais os resultados dessa política que não foram alcançados?

Neste sentido, espera-se que se possa avaliar a eficiência do gasto público em segurança, realizado em sua grande parte com pessoal, através da avaliação da atual principal política pública em segurança pública no estado do Ceará.

O método de pesquisa utilizado neste trabalho pode ser caracterizado como um método de pesquisa bibliográfica, dado que os trabalhos utilizados para embasamento teórico estão divididos em artigos, trabalhos apresentados em anais de congressos e trabalhos de conclusão de curso. Os dados utilizados neste trabalho são todos de fonte secundária, sendo em sua grande maioria classificados em artigos de terceiros.

Foi realizado primeiramente um levantamento bibliográfico de trabalhos que tinham por objetivo explicar, sob algum ponto de vista, o programa do “*Ronda do Quarteirão*” ou que explicassem a questão metodológica da elaboração de um Marco

lógico. Em seguida foram filtrados aqueles trabalhos que, de acordo com a autora, se aproximavam dos objetivos deste. Com base na literatura, foi criado o Marco Lógico do programa.

Sendo assim, esse trabalho é dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo é realizado um levantamento bibliográfico acerca das definições e métodos gerais de criação de um Marco Lógico; no segundo capítulo são definidos os métodos de desenho do Marco Lógico e como adaptá-los para o programa “*Ronda do Quarteirão*”; no terceiro capítulo é explanado o estudo de caso, sendo feita a elaboração do Marco Lógico específico para o programa em questão, de modo a avaliar os resultados obtidos pelo programa, contrapondo com os resultados esperados explanados no marco lógico; e no quarto e último capítulo é apresentada uma avaliação de eficiência do programa na redução e prevenção dos índices de criminalidade (roubo, furto, homicídio, latrocínio, etc.).

## 2 CONCEITOS

### 2.1. Polícia Comunitária

O policiamento comunitário é definido como um uma nova maneira de agir em prevenção ao crime, de modo que torne a polícia tradicional em uma polícia cidadã, ou seja, que essa se aproxime da população. De acordo com Maurício Futryk Bohn (2013, p. 7 apud Trojanowicz e Bucqueroux 1994), *“O policiamento comunitário é uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área”*. Ainda segundo Maurício Futryk Bohn (2013, p. 6), *“A polícia comunitária surge como uma nova filosofia de trabalho e de atuação das polícias. Orientada a resolução dos problemas, vem ao oposto da polícia tradicional de controle. A polícia comunitária expressa a divisão de responsabilidades chamando a comunidade a participar, juntamente com a polícia na implementação de políticas públicas de segurança”*.

Portanto, o princípio básico da filosofia de Polícia Comunitária é que esta seja pensada para um determinado local em parceria com a população, ou seja, a comunidade deve participar ativamente da criação do modelo de Polícia Comunitária. Isso se deve ao fato de que é a população que conhece melhor as suas necessidades, de modo a aumentar a eficiência no combate e prevenção ao crime.

Para que seja possível implantar o conceito de Polícia Comunitária em determinada localidade, se faz necessária uma mudança comportamental, tanto na polícia como na comunidade. Enquanto os policiais devem compreender que as mudanças na área da segurança pública não devem ser impostas, a sociedade deve compreender que é possível criar uma relação amistosa com a polícia, não mais buscando desta uma distância.

## 2.2. Marco Lógico

Um programa governamental pode ser definido como uma ação do governo contra alguma situação existente, com o intuito de mudá-la para uma situação desejada, num cenário melhor. Com relação a sua estrutura, conforme estabeleceu Alberto. S. Brito, pode ser dividido em 3 estágios: o primeiro é o desenho conceitual do programa, onde são definidos os objetivos, atividades operacionais, os indicadores de monitoramento e avaliação, os insumos, o público-alvo e os resultados esperados; o segundo estágio é o da estruturação, que se refere a construção da infraestrutura necessária para implantar o programa, a preparação da equipe e a divulgação do mesmo; o terceiro e último estágio é o da entrega dos benefícios, sendo o estágio operacional do programa.

A necessidade de monitoramento de um programa decorre da busca por eficiência nos gastos públicos e de uma melhoria na relação governo/sociedade, como apontado por Mônica M. Arruda Cavalcanti<sup>3</sup> (sem data, p.2): *“A avaliação de políticas públicas não é simplesmente um instrumento de aperfeiçoamento ou de redirecionamento dos programas empreendidos pelo governo, mas, e especialmente, uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações governamentais.”*

Portanto, existem, na literatura, ferramentas específicas para o monitoramento e avaliação de cada estágio de um programa. Uma das ferramentas mais utilizada nessa fase de desenvolvimento de uma política pública, no estágio de desenho conceitual de um programa é o Marco Lógico.

O Marco Lógico foi criado em meados dos anos 70, e sua criação se deu pela motivação da USAID (*United States Agency for International Development*), uma agência norte-americana que atua como um reforço à política externa dos EUA. Criado inicialmente para aplicação em projetos de desenvolvimento social norte-americanos, desde então, o Marco Lógico vem sendo utilizado amplamente por organizações mundiais, como a ONU (Organização das Nações Unidas), FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), dentre outras.

---

<sup>3</sup> Disponível em:  
<http://www.socialiris.org/antigo/imagem/boletim/arq48975df171def.pdf>

Existem, na literatura, diversas definições de Marco Lógico. De acordo com um documento publicado pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo da Bahia, intitulado Metodologia de Avaliação de Políticas Públicas: uma abordagem preliminar (1999), o Marco Lógico é um método usado frequentemente na fase de elaboração e de planejamento estratégico de projetos, por possibilitar ao planejador/executor uma visão geral do projeto. Segundo o Guia para Elaboração do Marco Lógico, elaborado pelo Escritório de Planejamento da Universidade Autônoma do Ocidente baseado no trabalho de Jorge A. Saraiva (2001, p.3) “o Marco Logico é usado para desenhar projetos e programas, para avaliar o progresso e verificar se os objetivos estão sendo alcançados”. Ainda de acordo com o Guia para Elaboração do Marco Lógico, “é útil para o planejamento participativo e revisão de um projeto, envolvendo equipes de trabalho, assim como potenciais beneficiários e outras partes interessadas”.

Dentre os objetivos do Marco Lógico, o mais relevante é o fornecimento de informações para elaboração, seguindo uma linha lógica, da estrutura da unidade de execução do projeto e o fornecimento de informações sobre o projeto que pode ser utilizado pelo beneficiário, consultores e pela equipe do projeto, bem como para a elaboração, o monitoramento e a avaliação do projeto.

O Marco Lógico nada mais é que uma matriz 4x4, onde nas colunas são elencados os resumos narrativos, os indicadores, as fontes de verificação e os pressupostos do programa, enquanto nas linhas são elencados a finalidade, o propósito, os resultados e as atividades. É possível ter uma noção do que é um marco lógico através do quadro abaixo:

Quadro 01 – Matriz de Marco Lógico

	Resumo Narrativo	Indicadores	Fontes de Verificação	Pressupostos
Finalidade				
Propósito				
Resultados				
Atividades				

Fonte: elaborado pela autora, baseado no Guía para la Elaboración del Marco Lógico da Universidade Autônoma do Ocidente, 2007.

Entendida a estrutura de um Marco Lógico, a próxima fase é a elaboração. Assim como na definição, diferentes autores sugerem diferentes meios para se atingir o mesmo fim. Alberto S. Brito (sem data, p. 4) aponta que a estruturação de um marco lógico deve seguir duas etapas; na primeira, devem ser feitas as seguintes análises:

- Análise dos Interessados: os interessados devem ser mapeados de acordo com suas características, interesses e potenciais impactos no programa;
- Análise do Problema: o problema que gerou o programa deve ser decomposto em causas e efeitos através da árvore dos problemas, uma estrutura que possui um ponto central onde deve estar contido o problema alvo do programa, abaixo deste ponto devem estar às causas do problema e acima os efeitos;
- Análise dos Objetivos: os aspectos negativos encontrados na árvore dos problemas devem ser decompostos em soluções, numa estrutura conhecida como árvore dos objetivos, onde o ponto central é o propósito do programa, abaixo os meios para se alcançar os objetivos, e acima os fins; e,
- Análise das Estratégias: a equipe de planejamento do programa deve decidir ou propor a abordagem que será utilizada para atingir os propósitos do programa, selecionando o caminho de atuação na árvore dos resultados.

Concluída a etapa de análise, deve-se realizar a etapa de planejamento. Essa etapa consiste em compilar as informações levantadas na primeira etapa e aplicar na matriz do Marco Lógico.

Outra forma de elaboração de um Marco Lógico pode ser observada no Guia para Elaboração do Marco Lógico, elaborado pelo Escritório de Planejamento da Universidade Autônoma do Ocidente (2001, p.6). Neste caso, é defendido que se deve seguir alguns passos: devem ser definidos o objetivo geral do programa, a razão pela qual o programa está sendo criado; o objetivo específico do programa, exatamente o que o projeto pretende alcançar; os resultados ou o produto para alcançar o objetivo do programa, são ações ou produtos específicos a serem alcançados através de uma série de tarefas ou atividades; os grupos de atividades, como serão alcançados os resultados; deve ser verificada a lógica vertical, lógica causa e efeito; as suposições importantes que se exigem em cada nível, as condições externas que os programas estão sujeitos e que estão fora do controle dos planejadores; os indicadores objetivamente verificáveis (IOVs), indicadores que fornecem a base para monitorar o progresso do programa; os

meios de verificação, que descrevem as fontes de informação dos indicadores que podem ser construídos; devem ser custeadas as atividades, preparando um orçamento; e por fim, deve-se consultar a lista de verificação para o Marco Lógico, verificar se todos os dados necessários foram levantados.

Existe na literatura outra ferramenta similar ao Marco Lógico, mas que sustenta algumas diferenças. Enquanto o Marco Lógico está designado para o planejamento de projetos, servindo como um instrumento auxiliar de decisão e monitoramento de programas, dispo de uma estrutura que permite organizar referências para avaliação, o Modelo Lógico está especificamente relacionado à avaliação, de forma a explicitar uma estrutura do programa direcionada para resultados. Ou seja, a diferença entre essas duas ferramentas é de cunho metodológico, já que se remete a dois eixos complementares, o de planejamento e o de avaliação de projetos.

Independentemente do método escolhido para a elaboração do Marco Lógico, é nítido a importância desta ferramenta, pois consegue captar todas as informações sobre uma determinada política pública, de modo que facilite o trabalho dos planejadores e de possíveis avaliadores.

Para concluir a discussão, é possível observar o que foi exposto acima no Marco Lógico do Programa “Seguridad Ciudadana, Solidaridad Ciudadana”. Este programa de origem equatoriana, criado pelo Ministério do Interior nacional, tem por objetivo geral buscar o bem-estar da coletividade mediante a participação ativa das pessoas, para alcançar uma pacífica convivência da sociedade. Como apontado no projeto do programa, Proyecto “Seguridad Ciudadana, Solidaridad Ciudadana” (2015, p. 10), o programa objetiva *“Plantear políticas de seguridad y cooperación y que estas tengan como objetivos la educación para la prevención y sanción del delito, garantizando el fiel cumplimiento de convivencia pacífica y cultura de paz conforme a lo dispuesto en la Constitución de la República del Ecuador”*.

Na figura da página seguinte, observa-se uma parte do Marco Lógico deste programa.

Figura 02 – 1º Página do Marco Lógico do Programa “Seguridad Ciudadana, Solidaridad Ciudadana”.

MARCO LÓGICO			
Resumen Narrativo de Objetivos	Indicadores Verificables	Medios de Verificación	Supuestos
<p><b>FIN:</b> Socializar y sensibilizar a la ciudadanía respecto a los ejes preventivos de Seguridad Ciudadana Integral para la minimización de delitos comunes en la sociedad.</p>	<p>Al finalizar el proyecto se habrá captado, formado y capacitado a 700.000 participantes ciudadanos en temas de previsión y prevención frente al acometimiento de los delitos. Además que dicho proyecto a partir del año 2017 será un proceso institucionalizado y sujeto a mejoras continuas.</p>	<p>* Informes de gestión de seguridad ciudadana integral. (Formato de Seguridad Ciudadana).</p>	<p>* Para desarrollar todas las actividades del proyecto el equipo deberá emplear no más allá de treinta y seis (36) meses de trabajo. * No se podrá contratar consultores externos para la ejecución del presente proyecto. * Se deberá asignar los recursos necesarios cuando la ejecución del proyecto lo requiera. * Mantener la política de seguridad, la misma que garantice el cumplimiento y fortalecimiento de la Seguridad Ciudadana.</p>
<p><b>PROPÓSITO:</b> Asegurar la convivencia pacífica, la reducción de la violencia, la utilización ordenada de espacios públicos a través de la intervención de 140 distritos y 1.134 circuitos. Reduciendo y evitando el acometimiento de delitos y faltas contra las personas y sus bienes a nivel nacional a través de actividades recreacionales ligadas a la cultura, el estudio, el deporte, etc.</p>	<p>Al finalizar el proyecto se habrá implementado al 100% el Modelo Propuesto de Gestión de Seguridad Ciudadana.</p>	<p>*Registro de capacitación a la ciudadanía a nivel nacional y entrega de guía de Seguridad Ciudadana, Solidaridad Ciudadana. * Registro de entrega de Revista informativa mensual "Todos por la Seguridad Ciudadana" *Matrices de espacios públicos Apropriados pacíficamente.</p>	<p>Nombrar un responsable de proyecto que se constituya en el feed back entre autoridades y equipo técnico, ante, durante y posterior a la ejecución del proyecto, el mismo que deberá tener conocimientos de la gestión territorial.</p>

Fonte: Direção de Gestão de Segurança Cidadão.

### 3 TEORIA *VERSUS* PRÁTICA

Abaixo, um *check list* das características de polícia comunitária, confrontando com as características do programa “*Ronda do Quarteirão*”. Todos os parâmetros utilizados para teoria foram baseados nos princípios e objetivos da Polícia Comunitária, retirados do Manual de Policiamento Comunitário do Estado de São Paulo, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e do Curso de Polícia Comunitária da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Enquanto a confirmação ou não da veracidade de aplicação desses parâmetros na prática, estas foram baseadas através de uma pesquisa documental realizada sobre o programa “*Ronda do Quarteirão*”, haja vista a falta de um documento oficial apresentado pelo Governo do Estado do Ceará que contenha todos os objetivos, metas, resultados esperados, etc. acerca do programa.

Quadro 02 – Parâmetros da Teoria confrontados na prática

Parâmetro	Teoria	Prática
1	Projeto idealizado em parceria com a população	X
2	Os policiais devem receber formação especializada no que se refere a policiamento comunitário, mediação de conflitos e desenvolvimento de relações com a comunidade	✓
3	As prioridades são quaisquer problemas que estejam afligindo a comunidade	✓
4	Os policiais devem ser alocados, com frequência, numa mesma localidade	✓
5	O policiamento deve estar à disposição da população 24 horas por dia	✓
6	O policial deve ter liberdade e autonomia para tomar decisões nas atividades de segurança local	X
7	Relação estreita com a comunidade, com visitas regulares	✓
8	A eficácia da política é medida pela ausência de crime e de desordem	

Fonte: elaborado pela autora, baseado no Manual de Policiamento Comunitário do Estado de São Paulo e Curso de Polícia Comunitária da SENASP.

Em tempo: o item 8 não foi checado, não sendo identificado como relevante na literatura pesquisada.

Expostos os parâmetros utilizados e suas comparações com a prática, é importante a realização de uma análise individual para serem esclarecidos os parâmetros e os porquês de tais terem sido observados ou não na prática. Sendo assim, segue a análise:

- 1) Projeto idealizado em parceria com a população: esse princípio é válido pois a comunidade é a parte dessa relação que vive o problema da insegurança, é ela que sabe quais são as prioridades da sua área, de modo que poderá trabalhar como parceira da polícia na identificação, priorização e solução dos problemas. Para que este ponto seja colocado em prática, os órgãos de segurança devem reconhecer a importância da integralização da comunidade nesse processo de criação de um programa de Polícia Comunitária e devem ainda conceder-lhe este poder de participar dessa criação, ao passo que a própria comunidade também deve reconhecer sua importância para o mapeamento dos problemas e participar ativamente no que lhe cabe. Esse parâmetro não foi observado na prática na criação do programa “*Ronda do Quarteirão*”, onde o programa foi imposto, todo projetado e pensado, a população.
- 2) Os policiais devem receber formação especializada no que se refere a policiamento comunitário, mediação de conflitos e desenvolvimento de relações com a comunidade: o conceito de Polícia Comunitária é guiado pela ótica da prevenção da criminalidade, é uma polícia que previne o crime, que atua na resolução de conflitos, o oposto do que se observa no policiamento tradicional, aquele que atua diretamente na contenção do crime ao invés da prevenção. Portanto, para estarem aptos a tais objetivos, os policiais que compõem um programa de Polícia Comunitária devem, no curso de capacitação, ter acesso às disciplinas que lhe deem estrutura para lidar com determinadas situações, como por exemplo a mediação de um conflito familiar. Além disso, esses policiais devem estar aptos também a desenvolver um policiamento comunitário. No caso do programa “*Ronda do Quarteirão*”, este parâmetro foi observado na prática, onde os policiais que o compõem participam de cursos voltados para a formação de um policial comunitário,

como por exemplo os cursos de Relações Interpessoais, Mediação de Conflitos e Polícia Comunitária.

- 3) As prioridades são quaisquer problemas que estejam afligindo a comunidade: a Polícia Comunitária não deve se ater somente aos crimes de maiores portes, como homicídio, latrocínio, etc. Novamente, remete-se a ideia de que a Polícia Comunitária tem como foco a prevenção do crime. Portanto, até em ocorrências que não caracterizam crime algum, como, por exemplo, um conflito familiar ou uma briga de vizinhos, os policiais comunitários devem estar presentes na mediação e devem oferecer atenção e dedicação a estes casos como para qualquer caso que caracterize um crime. Por ser de menor porte, tais situações não devem ser abandonadas pelos policiais. Neste ponto também cabe ressaltar mais uma vez a importância da população no desenvolvimento de tais programas, onde por mais que o conflito seja considerado de pouca importância pelos moradores locais, eles devem entender a importância do policiamento nesta ocasião, que foi desenvolvido para resolver até os menores problemas que os moradores estejam enfrentando. Este parâmetro é observado na prática do “*Ronda do Quarteirão*”, onde, num conflito familiar, a população pede ajuda aos policiais para mediá-lo e os policiais devem e tentam apaziguar a situação.
- 4) Os policiais devem ser alocados, com frequência, numa mesma localidade: uma das bases que sustentam o conceito de Polícia Comunitária é a participação da população no projeto. Tal participação não deve ser resumida à criação do programa, essa aproximação da população deve permanecer durante todo o período em que o programa é executado. Mas para isso, essa relação policial/cidadão não deve seguir os moldes do policiamento tradicional, onde há um receio por parte da comunidade de interagir com o policial. Para fortalecer essa relação e o programa, a comunidade deve sentir segurança e confiança no policial. Portanto, um policial alocado com frequência numa mesma localidade, transmitirá aos cidadãos a confiança necessária, de modo que estes poderão criar uma relação amistosa entre si e assim a população sentirá mais conforto em contribuir para com os policiais, a fim de resolver os problemas locais. Na prática, este ponto é observado no programa “*Ronda do Quarteirão*”, dado que cada região tem uma viatura responsável por aquela área, com o revezamento de equipes de policiais.

- 5) O policiamento deve estar à disposição da população 24 horas por dia: para o sucesso do programa, o policiamento não deve ser distribuído somente nos picos de ocorrências, e sim serem distribuídos conforme a necessidade da comunidade, ou seja, é necessário que os policiais estejam à disposição da comunidade para qualquer eventual problema. Este ponto é observado no programa “*Ronda do Quarteirão*”, onde cada viatura possui um número de telefone próprio, e a população (que tem conhecimento da existência deste número), numa hora de necessidade, entra em contato diretamente com a viatura responsável por sua área.
- 6) O policial deve ter liberdade e autonomia para tomar decisões nas atividades de segurança local: pela conceituação de Polícia Comunitária, o policiamento ocorre de maneira descentralizada, sendo o policial comunitário equivalente a um chefe de polícia local. Sendo assim, este policial necessita ter toda a autonomia e liberdade na tomada de decisões para a resolução de algum problema local, devendo cumprir os princípios da ética, legalidade e responsabilidade, ou seja, na resolução de problemas, o policial deve pensar se suas ações são corretas para a segurança da comunidade, se são éticas e legais e se condizem com os valores da corporação. Na prática, este parâmetro não é observado no “*Ronda do Quarteirão*”, dado que os policiais seguem ordens de um comando central.
- 7) Relação estreita com a comunidade, com visitas regulares: novamente remete-se ao princípio básico da Polícia Comunitária, a população deve estar integralizada durante todo o funcionamento e execução do programa, buscando também a prevenção à criminalidade, dado que esta é a parte mais conhecedora dos reais problemas enfrentados naquele local. Portanto, estando os policiais alocados numa mesma localidade com certa frequência, existindo a confiança entre as partes envolvidas, os policiais devem realizar visitas regulares aos moradores com o intuito de levantar informações acerca de novos problemas que estejam surgindo e também para monitorar outros já registrados. É desta maneira que o policial consegue se integrar no meio pelo qual é responsável, contribuindo assim para o sucesso do programa. Este parâmetro é posto em prática pelos policiais do programa “*Ronda do Quarteirão*”, que realizam tais visitas aos moradores de sua área.

- 8) A eficácia da política é medida pela ausência de crime e de desordem: no modelo de polícia tradicional, a eficácia desta é medida pela rapidez de respostas aos crimes mais sérios (homicídios, latrocínios, etc.), isto é, o tempo de resposta a resolução do problema é o que define se tal polícia é eficiente ou não. No caso da Polícia Comunitária, a eficácia desta é medida pela ausência do crime, algo totalmente lógico, pois devido as ações de caráter preventivo, se ocorre uma queda no índice de criminalidade do local significa que tais ações realmente preveniram um aumento na incidência de crimes. Este parâmetro não foi identificado como relevante na pesquisa documental.

Conhecidas as características de Polícia Comunitária e feita a comparação com o programa “*Ronda do Quarteirão*”, é possível estruturar o Marco Lógico específico do programa.

## 4 ESTUDO DE CASO: ESTRUTURAÇÃO DO MARCO LÓGICO

Como explanado no capítulo 2, a estruturação do Marco Lógico seguirá a metodologia proposta por Alberto S. Brito (sem data, p. 4), onde será realizada primeiramente a análise dos interessados, após isso serão construídas as árvores dos problemas e objetivos, depois será realizada a análise das estratégias e, por fim, as informações levantadas serão compiladas no Marco Lógico.

### 4.1 Análise dos Interessados

Os interessados no programa podem ser divididos em dois grandes grupos: os órgãos e entidades governamentais e a comunidade.

Focando no primeiro grupo, este é composto pelos órgãos estaduais que tem o dever de fornecer e manter a segurança pública no estado como, por exemplo, Governo do Estado do Ceará, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, as Corporações Policiais (Polícia Militar, Polícia Civil, etc.), etc. Como assegurado pela Constituição Federal Brasileira de 1988, é dever do Estado prover serviços básicos a população, como educação, saúde e segurança pública. Assim, o Estado do Ceará entra nessa relação como o provedor da segurança pública, sendo o seu objetivo, nesta área, possuir certo controle sobre a criminalidade. Através de todos os órgãos direcionados à esta área, o maior interesse do Estado no programa “*Ronda do Quarteirão*” é poder gerir, de maneira mais eficiente, o setor de segurança pública. Portanto, o impacto do Estado vem através dos recursos financeiros destinados ao programa, que podem ampliar e melhorar toda a estrutura necessária a execução e manutenção do mesmo, como viaturas, pessoal, delegacias, etc. É importante frisar que este impacto pode contribuir tanto positivamente como negativamente, pois um investimento feito regularmente pode contribuir para o bom funcionamento do programa, e o mesmo feito de maneira irregular e ineficiente pode vir a causar o mal funcionamento e, assim, o fracasso do programa.

Enquanto o segundo grupo, este é composto pela população residente no Estado do Ceará. Esse grupo entra na relação como sendo a parte que tem direito de ter acesso a esse serviço básico. No caso específico deste estudo, de Polícia Comunitária, o objetivo da população deve ser participar ativamente do programa, tanto na fase de elaboração como durante toda a sua execução, contribuindo com a polícia na prevenção da criminalidade. Assim é fácil observar o interesse deste grupo no programa, pois dado

que é direito receber tal serviço, o interesse é que tal serviço seja oferecido, e de maneira eficiente, ou seja, que realmente a população possa viver em segurança. O impacto deste grupo no programa também dependerá de como os esforços serão empregados, dado que se este grupo participar ativamente do programa como diz a teoria de Polícia Comunitária, o sucesso do mesmo estará cada vez mais acessível; por outro lado, se a população não colaborar com a polícia, o programa pode estar fadado ao fracasso.

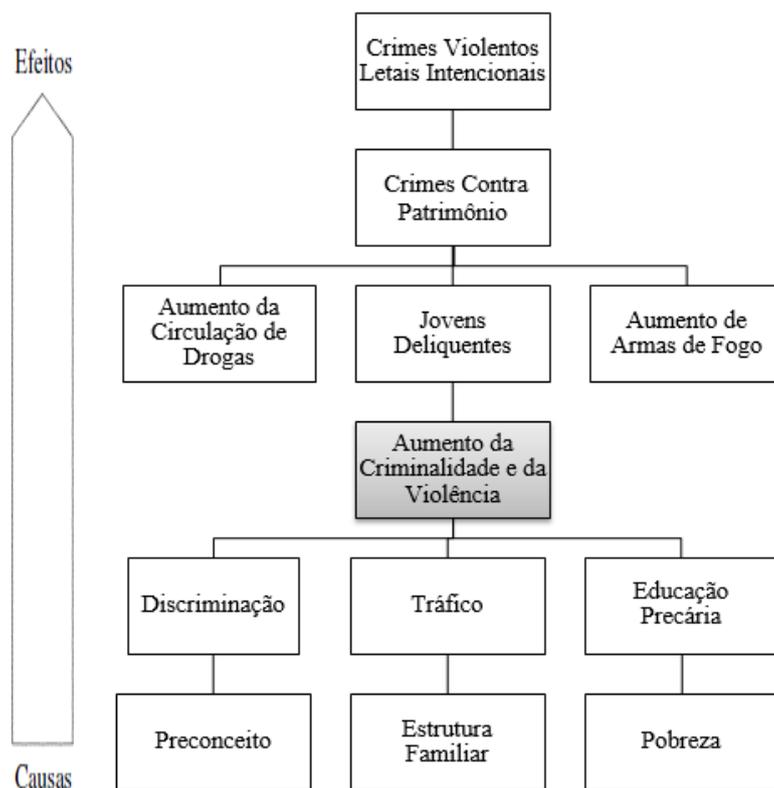
## **4.2 Análise do Problema**

O problema central que gerou a criação do programa foi a necessidade de conter o aumento da criminalidade e da violência.

De um modo geral, as possíveis causas do problema possuem fundamentos econômicos e sociais. Como relatado por Becker (1968), incentivos de ordem econômica afetam o aumento da criminalidade: com uma redução nos ganhos lícitos, a consequência é um aumento na procura por ganhos ilícitos, pois o benefício de ser criminoso é maior que o custo. Ehrlich (1973) aponta a desigualdade como fonte de instabilidade social. Suliano e Oliveira (2013) indicam fatores extras decorrentes da não repressão, como por exemplo, o tráfico e a falta de uma boa educação ofertada. Dentro deste arcabouço, indentifica-se tais fatores como causas do aumento da criminalidade: discriminação, preconceito, tráfico, estrutura familiar, educação precária e pobreza.

Abaixo a árvore dos problemas, contendo todas as causas e efeitos do problema central. Como explanado anteriormente, todas as causas do problema se encontram na parte inferior e acima se encontram os efeitos.

Figura 03 – Árvore dos Problemas

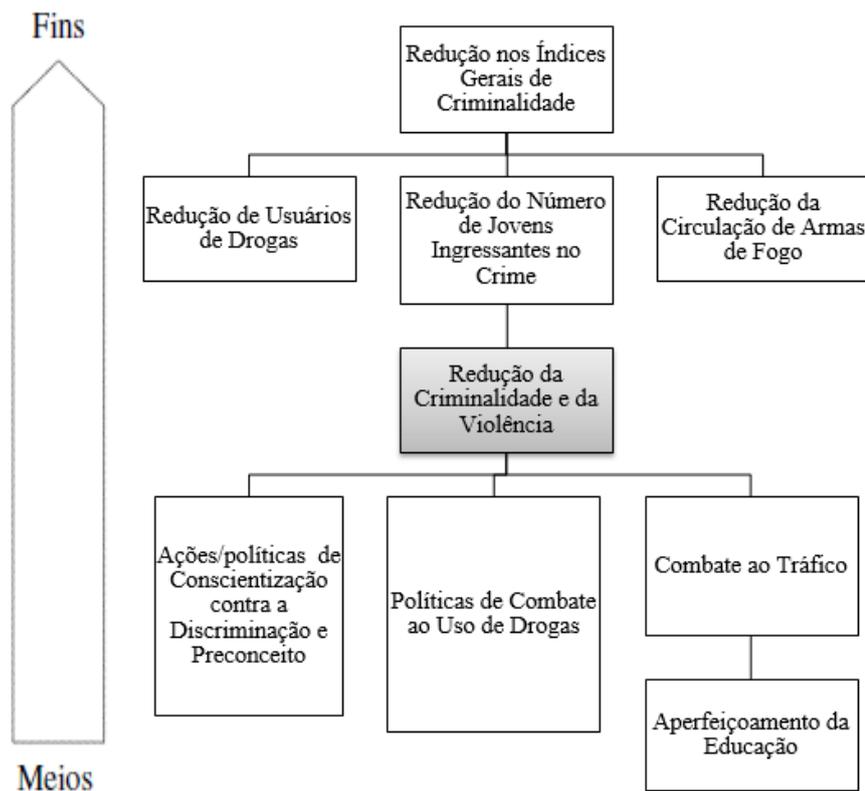


Fonte: elaborada pela autora, baseado na metodologia apresentada no trabalho de Alberto S. Brito (sem data, p. 4).

### 4.3 Análises dos Objetivos

O problema central do programa resulta num propósito geral, que no caso se torna a redução da criminalidade e violência. Abaixo a árvore dos objetivos, como explanado anteriormente, todas as causas do problema identificadas no item anterior são transformadas em meios, na parte inferior do fluxograma, e todos os efeitos em fins, parte superior.

Figura 04 – Árvore dos Objetivos



Fonte: elaborada pela autora, baseado na metodologia apresentada no trabalho de Alberto S. Brito (sem data, p. 4).

Importante frisar que cada ponto presente na Árvore dos Problemas não resultou em exatamente outro ponto da Árvore dos Objetivos, dado que algumas causas podem ter os mesmos meios de solução e vice-versa como, por exemplo, o ponto Estrutura Familiar e Pobreza, são dois pontos que podem ser resolvidos com o aperfeiçoamento da educação, com uma política de redução da desigualdade social, etc.

#### 4.4 Análises das Estratégias

Com os resultados obtidos nas Árvores dos Problemas e Objetivos, pode-se pensar um caminho que o programa deverá seguir. No presente caso, sendo o programa da área de Segurança Pública, ele não tem competência para criar ações de outras áreas, isto é, sendo um programa de Segurança Pública, o “*Ronda do Quarteirão*” não deve ter ações de aperfeiçoamento da educação, ou ainda fomentar a indústria.

Assim, os caminhos que o programa pode seguir são com ações sociais com ênfase em segurança pública, como ações de conscientização contra a discriminação e preconceito, políticas de combate ao uso de drogas e combate ao tráfico.

#### 4.5 O Marco Lógico do Programa

A segunda etapa na concepção de um Marco Lógico consiste na compilação das informações levantadas nos tópicos anteriores. Portanto, abaixo segue o Marco Lógico específico para o programa “*Ronda do Quarteirão*”.

Quadro 03 – Marco Lógico do Programa Ronda do Quarteirão

	Lógica da Intervenção	Indicadores	Fontes de Verificação	Pressupostos
Finalidade	Reduzir os índices de criminalidade e violência	- Número de vítimas de Crimes Violentos	- Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social	Sociedade mais segura, com queda nos índices criminais
Propósito	Reduzir os índices criminais através de ações sociais com ênfase em segurança pública	Letais Intencionais - Número de ocorrências de Crimes contra Patrimônio - Quantidade de		Sociedade mais segura e amparada
Benefícios	Serviço policial disponível a população 24 horas por dia Novo policiamento totalmente estruturado	armas de fogo apreendidas - Apreensão de entorpecentes - Número de Vítimas de crimes sexuais - Número de		Serviço de segurança pública mais estruturado e eficiente
Atividades	Reforma na infraestrutura de segurança do Estado Aplicação do projeto	contratações de pessoal - Número de delegacias construídas - Número de		Redução do número de usuários de drogas e de pessoas ingressando no

	PROERD nas escolas estaduais	viaturas adquiridas		crime
--	---------------------------------	------------------------	--	-------

Fonte: elaborado pela autora, baseado na metodologia apresentada no trabalho de Alberto S. Brito (sem data, p. 4).

#### 4.6 O Marco Lógico do Programa sob outra metodologia de apresentação

Para complementar os resultados obtidos neste estudo, foi avaliada brevemente outra metodologia de apresentação do Marco Lógico. Essa ferramenta também foi construída baseada na metodologia apresentada por Natália C. Araújo (2016, p. 13), como observada a seguir:

Quadro 04 – Marco Lógico do Programa Ronda do Quarteirão sob metodologia apresentada por Natália C. Araújo.

Insumos	Ações	Produtos	Monitoramento	Resultados	Impactos
Recursos Físicos (Ampliação da estrutura de segurança pública)	Construção de novas delegacias	Policiais Capacitados	Número de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais	Redução dos índices de criminalidade	Redução geral dos índices de criminalidade e violência
	Adquirimento de novas viaturas		Número de ocorrências de Crimes contra Patrimônio		
	Visitas junto aos moradores	Execução do projeto PROERD nas escolas	Quantidade de armas de fogo apreendidas	Melhora na infraestrutura policial estadual	
	Distribuição de folhetos informativos sobre o programa		Apreensão de entorpecentes		
Recursos Humanos (contratação de pessoal)	Patrulhamento	Rondas regulares nas comunidades	Número de Vítimas de crimes sexuais	Aumento na eficiência dos atendimentos das	Policciamento estadual eficiente
	Prisões		Número de		

			contratações de pessoal	ocorrências	
	Prestação de Socorro	Apreensões e prisões	Número de delegacias construídas	Ampliação do PROERD nas escolas	
	Mediação de Conflitos		Número de viaturas adquiridas		

Fonte: elaborado pela autora, baseado na metodologia apresentada no trabalho de Natália C. Araújo (2016, p. 13).

Comparando com o Marco Lógico construído nesta pesquisa, observa-se que não há distorções nos resultados obtidos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi elaborar um Marco Lógico específico para o programa “*Ronda do Quarteirão*”. Para atingir tal objetivo, foi realizada uma pesquisa documental de trabalhos que abordassem os temas “*Ronda do Quarteirão*” e Marco Lógico.

No decorrer desta pesquisa foram explanadas, além das definições, as técnicas utilizadas para a construção de um Marco Lógico. Além disso, também foram explanados os objetivos, metas e atividades do programa “*Ronda do Quarteirão*” presentes na literatura, dados necessários para a construção do Marco Lógico.

Com a pesquisa documental concluída, foi utilizada a metodologia proposta por Alberto S. Brito (sem data, p. 4), que defende que certas etapas devem ser seguidas. Na primeira etapa, a Análise dos Interessados, é possível identificar que os interessados no programa podem ser divididos em dois grupos, os órgãos governamentais responsáveis pela criação e fomento do programa, e a comunidade, composta pelo público alvo do programa. Na segunda etapa foi construída a Árvore dos Problemas, uma estrutura que contém as causas e efeitos do problema central do programa, o aumento nos índices de criminalidade. Na terceira etapa foi construída a Árvore dos Objetivos, estrutura que transforma as causas do problema em meios, e os efeitos em fins. Por último, foi realizada a Análise das Estratégias, etapa em que é possível identificar o caminho no qual o programa deve seguir.

Assim, foi viável a elaboração de um Marco Lógico para o programa. Com isso, é possível observar informações relevantes do programa, que além de tornar mais fácil o seu entendimento, servirão para futuras avaliações, já que essa ferramenta apresenta a finalidade, propósito, benefícios, atividades, lógica da intervenção, indicadores, fontes de verificação e pressupostos do programa.

Foram encontradas limitações no que concerne aos objetivos, metas e finalidades do programa “*Ronda do Quarteirão*”. Devido a falta de um documento oficial que contenha todos esses dados sobre o programa, a pesquisa se limita a compilação de informações presentes na literatura.

Como sugestão para pesquisas futuras, com o Marco Lógico do programa é possível realizar uma avaliação de eficiência do mesmo, com a criação de um modelo que quantifique os impactos do programa nos índices de criminalidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R.O.; FREITAS, G. J.; BRASIL, M. G. M. Formação Policial e o Programa Ronda do Quarteirão. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4, 2009, São Luís. *Anais...* São Luís, 2009.

ARAÚJO, N. C. Melhor salário leva a melhor desempenho? Uma análise da lei do piso salarial do magistério. 2015. 28 f. Monografia (Graduação em Finanças) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2015.

BECKER, G. Crime and Punishment: an economic approach. *Journal of Political Economy*, v. 76, n. 2, p. 169-217, 1968.

BOHNM, M. F. Policiamento Comunitário: a transição da polícia tradicional para polícia cidadã. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, 4, 2013, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2013.

BRASIL, M. G. M.; CRUZ, L. A. O Programa Ronda do Quarteirão: passos ou contrapassos na formação policial? In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE PRÉ-ALAS BRASIL, 15, 2012, Teresina. *Anais...* Teresina, 2012.

BRASIL, M. G. M.; MIRANDA, A. K. P. C. Polícia e Mediação de Conflitos: o que muda na formação policial? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS ALAS, 28, 2011, Recife. *Anais...* Recife, 2011.

BRITO, A. S. Metodologia e Ferramentas para Gerenciamento de Programas Governamentais. Disponível em: <<http://ww3.panaftosa.org.br/Comp/MAPA/253687.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2017.

CAMARGO, C. A. Polícia Comunitária: a estratégia de implantação do atual modelo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 218-233, 2015.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. Como Elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/100924\\_notatec6disoc.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/100924_notatec6disoc.pdf)>. Acesso em 20 de junho de 2017.

CAVALCANTI, M. M. A. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais – uma abordagem conceitual. Disponível em: <<http://www.socialiris.org/antigo/imagem/boletim/arq48975df171def.pdf>>. Acesso em 23 de outubro de 2017.

COLÔMBIA. Guía para la Elaboración del Marco Lógico. 2007. 170p.

CRUZ, L. A. O Tradicional e o Modelo na Formação do Policial Militar: uma análise do Curso de Formação dos soldados do Ronda do Quarteirão. 2010. 192 f. Monografia

(Graduação em Serviço Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

CRUZ, L. A.; LOPES, E. B.; BRASIL, G. M. Formação Policial e Segurança Pública no Ceará: a experiência do programa Ronda do Quarteirão. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 7, 2012, Porto. *Anais...* Porto, 2012.

EHRlich, I. Participation in Illegitimate Activities: a theoretical and empirical investigation. *Journal of Political Economy*, v. 81, n. 3, p. 521-656, 1973.

EQUADOR. Seguridad Ciudadana Solidaridad Ciudadana. 2015. 82p.

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FLACSO. Mapa da Violência 2016 – Homocídios por Armas de Fogo no Brasil. Brasil, 2016. 71 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Atlas da Violência 2017. Rio de Janeiro, 2017. 69 p.

MUNIZ, E. M. Segurança Pública: a desmistificação do trabalho do Ronda do Quarteirão na cidade de Sobral - CE. *Cadernos de Graduação*, Sobral, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2013.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – NEV/USP. *Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança*. São Paulo, 2009. 108 p.

SANTOS, I. R. Aspectos da Violência Urbana. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, Vitória da Conquista, n. 5, p. 237-250, 2009.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLANTEC. Metodologia de Avaliação de Políticas Públicas: uma abordagem preliminar. Salvador, 1999. 44 p.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). *Curso Polícia Comunitária*. 2008. 138 p.

SULIANO, D. C.; OLIVEIRA, J. L. Avaliação do Programa Ronda do Quarteirão na Região Metropolitana de Fortaleza (Ceará). *Revista Brasileira de Estudos regionais e Urbanos*, v. 07, n. 2, p. 52-67, 2013.

Site do Governo do Estado do Ceará, Ronda do Quarteirão. Disponível em: <[http://www.ceara.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=765&Itemid=1293](http://www.ceara.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=765&Itemid=1293)>. Acesso em 22 de maio de 2017.